



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Honrar o Estado de Direito Democrático!



11 de Junho de 2008

No 19º aniversário da ANS novamente a história se fez na rua: militares nas situações do activo, da reserva e da reforma manifestaram-se livremente sem que os Chefes-de-estado Maior tenham proibido, a mando do Governo, alegando que tais manifestações lesariam a coesão e a disciplina das Forças Armadas!

Três militares na situação de reserva e reforma informaram a senhora governadora civil de Lisboa de que, no dia 4 de Junho, iriam promover um Desfile do Largo de Camões até à Assembleia da República, com o objectivo de defender a Condição Militar.

Longo e penoso tem sido o caminho para que tal voltasse a ser possível. Passados mais de dois anos e cinquenta processos disciplinares após a Associação de Praças da Armada ter realizado uma manifestação, com percurso diferente mas iguais propósitos.

Feita mais uma vez a demonstração pública de que o exercício dos direitos constitucionais de cidadania por parte dos militares, enquanto cidadãos em uniforme, não é, nem poderia ser, incompatível com a operacionalidade, a coesão e a disciplina das Forças Armadas, é devido um pedido de desculpas a todos os militares, indevidamente alvos de processos disciplinares por via do exercício democrático do associativismo.

A manifestação do dia 4 de Junho, independentemente do número de participantes, se outro mérito não tivesse, e teve, seria o de tornar ainda mais evidente a pertinência de ser decretada uma **Amnistia** que archive os processos e reabilite as carreiras de todos aqueles que já foram prejudicados na sua dignidade por exigência do Governo e anuência dos chefes militares.

Teve ainda o mérito de mais uma vez ter dado visibilidade ao facto insólito do Estado, através de sucessivos Governos, não cumprir dezenas de diplomas legais, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa, e, pelo facto, já estar constituída uma Dívida superior a 1.000.000.000,00€, crescendo todos os meses. E este aspecto não é uma faceta menor. Antes pelo contrário. Foi e é precisamente devido a este reiterado e sucessivo Incumprimento legal que os militares e suas famílias se manifestam, sempre com a elevação que é apanágio da formação castrense.

Como se compreende, num Estado que se pretende de Direito Democrático, haverem cidadãos punidos por exigirem que se cumpra a Lei e a Constituição e se tomem medidas para que a Dívida, de que são credores, cesse de crescer e seja saldada, honrando o Estado? Tal facto, sendo insólito, ilegal e injusto dá ainda mais propriedade, fundamenta e realça a razão da exigência de uma Amnistia para os 50 processos disciplinares instaurados bem como às penas entretanto aplicadas e cumpridas.

Por vezes, à medida que avançamos no tempo, esquecemo-nos de como se iniciou a caminhada que colectivamente estamos percorrendo. Uma leitura aos documentos iniciais consegue o milagre de nos reposicionar no tempo e no modo primordiais. Recomendamos novamente uma leitura à Resolução do Conselho de Ministros de 2 de Junho de 2005.

Por nós, fomos repescar aos nossos arquivos o comunicado número 19 de 20 de Outubro de 2005, com o título "**Logro, Drama, Derivas e Solidariedade!**", de onde extraímos, sublinhando, o seguinte:

"[...]Após o "Golpe de Teatro", com momentos de suspense e outros truques dramaturgicos, preparado cuidadosamente meses antes das eleições, por todos os fazedores da opinião publicada, e apresentado nas vésperas de um fim de semana prolongado, iniciou-se o ataque, que continua em curso, aos direitos adquiridos de todos os denominados Servidores do Estado.



Pressupostamente tem como objectivos declarados combater o défice e promover a estabilidade económica e o seu crescimento. Importa pois verificar se de facto as medidas em curso tomadas pelo Governo da República correspondem ou não aos objectivos declarados.

Para que tal acontecesse de forma sustentada e com potencialidades de consolidação, para daqui a quatro anos não estarmos numa situação ainda mais negativa da que enfrentamos hoje, esperava-se que estas medidas fossem precedidas de estudos que qualificassem e quantificassem o impacto que irão ter, separadamente e em conjunto, não só no défice mas também na estabilidade e desenvolvimento económicos no curto, no médio e no longo prazo.

Importa também saber se as medidas se inserem num plano estratégico que vise modernizar e dinamizar as estruturas económicas do País, o que até aqui não foi feito com os Biliões de Euros que entraram para esse efeito, vindos primeiro da CEE e depois da UE.

E é aqui que entra o logro. De facto, quando hoje alguns dizem que não é admissível haverem portugueses com "privilégios" acima dos direitos que o comum dos cidadãos tem, nós também dizemos que isso é verdade. No entanto os "privilegiados" não são os militares!

Hoje é importante saber-se quem lucrou com o rio de dinheiro que ao longo de mais de 20 anos entrou no País como fundos estruturais, de coesão e para a formação profissional - no mandato do Prof. Cavaco Silva foram cerca de 1 milhão de contos/dia [5 milhões €/dia] - se hoje nem temos estrutura económica, nem coesão social e estamos ainda mais afastados dos níveis de desenvolvimento e de bem-estar social dos restantes Países da Europa, hoje alargada: onde está esse dinheiro? Quem lucrou com ele? Provavelmente os mesmos que hoje nos atacam, chamando privilégios àquilo que, afinal, são direitos adquiridos arduamente por gerações sucessivas de Servidores do Estado e de trabalhadores, processo em que os Sargentos de Portugal têm pergaminhos a defender.[...]

Não queríamos ter razão em questão tão dramática, com incidências directas na mesa e na saúde do nosso povo, incluindo-nos no drama. Hoje todos os números confirmam que o País está pior: mais desigual, os pobres mais pobres e os ricos mais ricos, o desemprego aumenta, embora disfarçado novamente com a emigração, levando-nos a mão-de-obra qualificada para produzir riqueza noutros países onde os mesmos têm avultados interesses.

O mínimo de humildade democrática e de bom senso obrigaria a que senhor Primeiro-ministro José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa apresentasse um pedido de desculpas ao Povo Português por, mais uma vez, lhe ter exigido um esforço enorme, remetendo-o para baixo do limiar da pobreza, prometendo-lhe um futuro melhor, e hoje estamos pior do que quando começámos.

A ANS tinha razão! E hoje, essa razão deve ser consubstanciada na promulgação de uma AMNISTIA para todos os 50 processos disciplinares instaurados a militares e cidadãos exemplares e íntegros, com carreiras profissionais de elevado mérito.

O pedido de desculpas ao Povo Português e a AMNISTIA, para além de serem medidas de justiça, são necessárias para que se Honre o Estado de Direito Democrático!

Iniciada a caminhada em direcção aos 20 anos de luta e solidariedade, reforça-se a razão e a certeza de que lutando alcançaremos a Justiça, permaneceremos **Firmes e Unidos, até que a Lei se Cumpra!**

A Direcção

Lisboa, 11 de Junho de 2008